

ASSOCIAÇÃO ENTE OS INDICADORES DE QUALIDADE DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

RELATION BETWEEN THE PUBLIC MUNICIPAL MANAGEMENT QUALITY INDICATORS AND DEVELOPMENT INDICATORS OF THE BRAZILIAN MUNICIPALITIES

Geraldo Alemandro Leite Filho¹
Tânia Marta Maio Fialho²

RESUMO

O objetivo principal da presente pesquisa foi avaliar a associação existente entre os indicadores de gestão fiscal pública municipal, representados pelo Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), e os indicadores de desenvolvimento dos municípios brasileiros, representados pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Os dados foram secundários, de mensuração anual, coletados do site da FIRJAN, de 4028 municípios brasileiros no período de 2006 a 2010. A análise descritiva dos dados apontou um cenário de desenvolvimento regular referente a evolução ao longo dos anos, destacando-se o crescimento nos indicadores de educação e saúde e a diminuição no emprego e renda nos municípios. A gestão fiscal foi classificada como regular, com moderado aumento nos gastos com pessoal e baixa capacidade de geração de receita própria. A análise de correlação canônica revelou que 16,71% da variância nos indicadores de desenvolvimento municipal (IFDM) foi explicada pela variância dos indicadores de gestão fiscal (IFGF). Concluiu-se ainda que 27% da variância na receita própria dos municípios podem ser explicadas pelo conjunto canônico do desenvolvimento municipal. Tais resultados foram consistentes com a teoria, dando indícios de que a gestão fiscal pública municipal está associada aos indicadores de desenvolvimento municipal.

Palavras-Chave: Gestão fiscal pública municipal; Desenvolvimento municipal; Lei de Responsabilidade Fiscal.

ABSTRACT

The objective of this research was to evaluate the association between municipal fiscal management quality indicators, represented by the Fiscal Management FIRJAN Index (IFGF), and Brazilian municipalities development indicators, represented by the Municipal Development FIRJAN Index (IFDM). The data were secondary, annual measurement, collected from the site of FIRJAN of 4028 Brazilian municipalities from 2006 to 2010. The descriptive analysis of the data showed a steady development landscape evolution over the years, highlighting the growth in the indicators education and health and the decrease in employment and income in municipalities. The municipal fiscal management quality was classified as regular, with moderate increase in personnel expenses low capacity of own revenue generation. The canonical correlation analysis revealed that 16.71% of the variance in municipal development indicators (IFDM) was explained by the variance of municipal fiscal management quality (IFGF). It was also concluded that 27% of the variance in own revenue of municipalities can be explained by the canonical set of municipal development. These results were consistent with the theory, giving evidence that the municipal fiscal management quality is associated with municipal development indicators.

Keywords: Municipal fiscal management quality; Municipal development; Fiscal Responsibility Law.

¹Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) e professor da Universidade Federal de Montes Claros (Unimontes).

² Doutora em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora Universidade Federal de Montes Claros da (Unimontes).

1. INTRODUÇÃO

Durante anos, os municípios brasileiros enfrentaram problemas tais como a inflação elevada, recessão econômica, carência de recursos para investimentos e, no âmbito interno, a ausência de instrumentos eficazes de planejamento e controle dos gastos públicos municipais, fatores estes que impactaram negativamente na gestão e no desempenho econômico e social dos municípios. Além disso, a história da administração pública no Brasil, principalmente em nível municipal, está repleta de exemplos de má gestão de recursos, tendo como agravantes a falta de responsabilidade e compromisso social de alguns gestores públicos, o que colaborou para elevados índices de corrupção e de endividamento, devido, principalmente, à uma ausência de uma regulação mais severa do controle na gestão pública municipal brasileira (MEIRELLES, 2002; OLIVEIRA, PETER e MENESES, 2010; SOUSA et al., 2011; OLIVEIRA e SILVA, 2012; KLERING, KRUEL e STRANZ, 2012; SOUSA et al., 2013; DUARTE e LIMA 2013; DENARDI et al., 2014).

Neste contexto, diversas experiências exitosas de outros países no planejamento e controle da gestão pública, serviram de referência para o Brasil, no sentido de iniciar o debate e a construção de mecanismos sobre o controle nos gastos públicos e responsabilização dos gestores acerca dos recursos públicos sob a sua guarda (SOUSA et al., 2011). O controle da inflação, estabilidade monetária e maior transparência nos resultados fiscais governamentais obtidos a partir do Plano Real, contribuíram também para fortalecer o debate sobre a necessidade de ajustes nas contas públicas e também para a criação de ferramentas para planejamento e controle dos gastos públicos, com uma preocupação em ter uma gestão pública mais eficiente (MATIAS, ORTOLANI e CAMPELLO, 2002).

Em 04 de maio de 2000 foi sancionada no Brasil a Lei Complementar 101, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que impôs um maior rigor ao processo de planejamento e execução orçamentária, disciplinando a gestão dos recursos públicos e exigindo uma maior responsabilidade e transparência dos gestores públicos. Tal lei limitou os gastos e endividamentos dos entes, buscou um equilíbrio entre receitas e despesas públicas e o fomento de investimentos prioritários ao desenvolvimento e melhora dos indicadores sociais (OLIVEIRA et al., 2010). Segundo Sousa et al., (2011), quando se trata da gestão pública municipal, a perspectiva da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) torna-se ainda mais relevante, pois diante da municipalização, da escassez de recursos para investimentos e da crescente demanda por serviços sociais, a saber saúde, educação, segurança, lazer, etc. A referida lei teve o objetivo principal de intensificar o controle e a responsabilização dos gestores municipais mediante as contas públicas, objetivando eficiência na alocação de recursos e otimização de custos da máquina pública e, conseqüentemente, fomentar o desenvolvimento, direcionando os recursos públicos em investimentos que possam melhorar a qualidade de vida das pessoas. Entende-se que a melhora dos indicadores de desenvolvimento está relacionada a uma maior eficiência da gestão pública. A eficiência, considerada um princípio constitucional, pode ser definida, segundo Meirelles (2002), como o que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição, e rendimento funcional, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros.

A busca pela maior eficiência na gestão pública também pauta-se por um maior controle dos gastos públicos e maior transparência na aplicação dos recursos, temas contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Nesta perspectiva, desde a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) diversos estudos foram feitos no sentido de verificar se o cumprimento das suas prerrogativas pelos entes federativos brasileiros impactaram os indicadores de desenvolvimento, principalmente em nível municipal, destacando-se Matias et al., (2002); Resende, Slomski e Corrar (2005); Oliveira et al., (2010); Sousa et al., (2011); Oliveira e Silva (2012); Klering, Kruel e Stranz (2012); Sousa et al., (2013); Duarte e Lima (2013); Denardi et al., (2014).

Diante do contexto apresentado, o objetivo principal da presente pesquisa foi avaliar a consonância existente entre os indicadores de qualidade da gestão fiscal pública municipal, baseados na Lei de responsabilidade Fiscal, e os indicadores de desenvolvimento dos municípios brasileiros. Como objetivos secundários, o trabalho buscou: a) analisar e discutir descritivamente a evolução dos indicadores de qualidade da gestão pública municipal e a evolução dos indicadores de desenvolvimento municipal; b) verificar a associação geral entre as variáveis por meio de uma matriz de correlação; c) verificar os efeitos dos indicadores de qualidade da gestão fiscal pública municipal nos indicadores de desenvolvimento municipal e vice versa, por meio de correlação canônica.

Acredita-se ser importante verificar as implicações de indicadores que medem a qualidade dos investimentos da gestão pública municipal, baseada na Lei de Responsabilidade Fiscal nos indicadores de desenvolvimento municipal e vice versa, para testar a assertiva de que a qualidade da gestão estaria relacionada com a melhoria na qualidade de vida da população.

Entende-se também ser importante verificar em que grau o nível de desenvolvimento municipal impactaria os indicadores de qualidade da gestão pública dos municípios. A investigação da relação de duas vias entre os indicadores de qualidade da gestão pública e indicadores de desenvolvimento dos municípios brasileiros, pode contribuir para complementar a discussão e o entendimento de aspectos das finanças públicas municipais, responsabilidade fiscal e desenvolvimento municipal, temas discutidos nos estudos anteriormente feitos.

A principal contribuição do trabalho é entender até que ponto indicadores de qualidade da gestão pública municipal estariam correlacionados com os indicadores de desenvolvimento municipal, numa perspectiva de abrangência nacional e temporal de médio prazo, com dados de todos os municípios brasileiros em uma série histórica de cinco anos consecutivos. Os resultados evidenciaram que, apesar de apresentarem variados níveis de qualidade da gestão pública municipal, sendo Boa Gestão nas variáveis Gastos com Pessoal e Custo da Dívida, Gestão em Dificuldade nas variáveis Investimentos e de Liquidez e Gestão Crítica na variável Receita Própria, os indicadores de gestão fiscal implicaram em explicar variâncias importantes nos indicadores de desenvolvimento (Educação, Emprego e renda e Saúde) dos municípios brasileiros, denotando que a qualidade da gestão pública municipal pode interferir nos indicadores de desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Este trabalho está estruturado em cinco seções, incluindo a presente introdução. A segunda seção discorre sobre os conceitos teóricos de responsabilidade fiscal e desenvolvimento municipal. Na terceira seção é apresentada a metodologia utilizada no desenvolvimento da presente pesquisa. A quarta seção apresenta a análise dos resultados encontrados e a quinta seção consiste na conclusão. Em seguida, têm-se as referências.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A ação do Estado-nação se efetiva por meio da gestão pública, objetivando viabilizar e garantir direitos, ofertar serviços e distribuir recursos. Nesse processo o principal desafio dos governos e da administração pública é promover o desenvolvimento econômico e social sustentável, num ambiente de mudanças de paradigmas, que estão impactando de maneira profunda a sociedade, em especial nas áreas socioeconômica, ambiental, cultural e tecnológica. Além da preocupação permanente em elevar o nível do desempenho na gestão pública, devem dedicar especial atenção às questões que envolvem a ética, a moral e a transparência na administração pública (PEREIRA, 2012).

Desta forma, buscando maior responsabilidade e transparência na gestão fiscal surgiu a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) em um contexto no qual era necessário impor limites e metas numéricas aos gestores da política fiscal, nos vários níveis de governo, a fim de se gerar menores déficits fiscais e menor acúmulo de dívida, dentre outros resultados sinalizadores de uma atitude fiscal responsável. Desta forma, surgiu no Brasil o conceito de Responsabilidade Fiscal na Gestão pública (FIROVANTE, PINHEIRO e VIEIRA, 2006).

A LRF está apoiada em quatro eixos: Planejamento, no qual são estabelecidas as metas a serem atingidas durante a gestão; transparência, que consiste na ampla divulgação das contas da administração pública; controle, que se refere ao monitoramento realizado tanto pelos órgãos competentes como pela sociedade; e responsabilização, que são as sanções previstas pela lei, em decorrência da má utilização dos recursos públicos (SOUSA et al., 2013).

Segundo Viana et al., (2011), é preciso evidenciar a qualidade da gestão pública, principalmente dos gastos públicos, desde que os limites previstos nas legislações não sejam ultrapassados, destacando recursos públicos para a garantia dos direitos sociais preconizados pela Constituição brasileira. Assim, com intuito de observar o comportamento dos municípios, em relação ao controle de gastos, investimentos e cumprimento dos direitos sociais estabelecidos na Constituição, foram criados indicadores utilizados para medir o desempenho dos municípios no que se refere à gestão pública municipal (SOUSA et al., 2013).

Dentre os indicadores, destaca-se o Índice Firjan de Gestão Fiscal - IFGF, desenvolvido pela Gerência de Estudos Econômicos da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN, tem como objetivo estimular a cultura da responsabilidade administrativa, por meio da geração e divulgação de indicadores que possibilitem aperfeiçoar as decisões dos gestores municipais quanto à alocação dos recursos públicos, bem como gerar maior controle social da gestão fiscal dos municípios. (FIRJAN, 2014).

O índice IFGF é construído a partir dos resultados fiscais das próprias prefeituras – informações de declaração obrigatória e disponibilizadas anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da base de dados do FINBRA – Finanças do Brasil. A pontuação do índice varia entre os extremos 0 (pior situação) e 1 (melhor situação). Classifica as gestões municipais em quatro categorias de qualidade, sendo: A (Gestão de Excelência, com resultados superiores a 0,8), B (Boa Gestão, entre 0,6 e 0,8), C (Gestão em dificuldade, entre 0,4 e 0,6) e D (Gestão Crítica, abaixo de 0,4). Klering, Krueel e Stranz (2012) observam que o IFGF da FIRJAN avalia essencialmente indicadores fiscais e inclui na avaliação o indicador Receita Própria, avaliando a capacidade de geração de receita própria dos municípios, variável que está ligada diretamente à capacidade de gestão e nível de desenvolvimento econômico e social dos municípios.

Oliveira e Silva (2012) entendem que o desenvolvimento econômico municipal é caracterizado pelo crescimento da renda, acompanhado de melhorias no nível de qualidade de vida da população. As variáveis renda per capita e Índice de Desenvolvimento Humano - IDH apresentam grande aceitação na literatura como importantes indicadores para avaliação do nível de desenvolvimento de um município, localidade, região ou país. Asseveram que, embora a renda seja um relevante indicador, apontam-se outros aspectos ligados à qualidade de vida, tais como saúde, educação como variáveis chave na medição do desenvolvimento municipal. Apesar dos estudos realizados no Brasil associarem a questão do desenvolvimento às variáveis de renda, Costa (2011) entende que ela seja subdimensionada, pois a dimensão renda corresponde a apenas um dos parâmetros referentes à situação dos indivíduos na sociedade. O IDH, por outro lado, como importante instrumento de medição do desenvolvimento, tem a vantagem de abordar as variáveis educação e saúde, mas apresenta uma limitação temporal para avaliar os municípios em séries temporais por ser um indicador decaenal (OLIVEIRA e SILVA, 2012).

Siedenberg (2003) enfatiza que a política de desenvolvimento municipal se baseia em indicadores, pois, é por meio deles que se analisa e se avalia os pontos fortes e fracos, assim como o sucesso ou fracasso de uma estratégia de desenvolvimento de uma cidade ou região. Desta forma, afirma que a utilização de indicadores em séries temporais históricas regulares é necessária para permitir análises e comparações municipais inter ou intra-regionais.

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é referência para o acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico municipal ao longo de séries históricas anuais. O IFDM apresenta semelhanças com o IDH-M, pois acompanham as três áreas de interesse deste: renda, educação e saúde, utilizando-se exclusivamente de estatísticas oficiais (ERVILHA, ALVES e GOMES, 2013).

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), administrado pela Firjan, monitora anualmente o desenvolvimento dos municípios do Brasil nas áreas emprego e renda, educação e saúde, com base nas informações disponibilizadas pelos Ministérios do Trabalho, da Educação e da Saúde. A variação do IFDM é de 0 a 1, considerando-se que quanto mais próximo de 1 estiver o município, maior é o seu desenvolvimento. Classifica o nível de Desenvolvimento municipal em Muito Alto (0,9001 a 1,0), Alto (0,8001 a 0,9), Moderado (0,6001 a 0,8), Regular (0,4001 a 0,6) e Baixo (0 a 0,4) (Firjan, 2014; Souza et al., 2013).

3. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Caracteriza-se esta pesquisa, quanto à abordagem do problema de natureza de avaliação quantitativa de dados, e quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva uma vez que foi realizado um levantamento documental com coleta, tratamento de análise e interpretação de dados secundários.

As variáveis de interesse da pesquisa foram coletadas da base de dados da FIRJAN. Como variável para medir a qualidade da gestão pública municipal, foi utilizado o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal – IFGF subdividido nas seguintes dimensões: IFGF Receita Própria = % da receita gerada pelo município em relação à Receita Corrente Líquida - RCL; IFGF Gastos com Pessoal = % de gastos com pessoal em relação à RCL; IFGF Investimentos = % de Investimentos públicos em relação à RCL; IFGF Liquidez = relação dos restos a pagar com ativo financeiro e IFGF Custo da Dívida = juros e amortizações em relação à receita líquida total do município em um determinado período.

A variável para a medida do desenvolvimento municipal foi o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), nas dimensões IFDM Emprego e Renda, IFDM Educação e IFDM Saúde. As variáveis IFGF e IFDM foram coletadas de forma fidedigna, sem qualquer alteração ou correção, apresentando-se como variáveis quantitativas contínuas.

O universo da pesquisa foi definido como todos os 5.565 municípios brasileiros. Os municípios selecionados para a pesquisa foram aqueles que tiveram os indicadores IFGF e IFDM calculados anualmente pela Firjan, divulgados respectivamente em 2011 (ano referência 2006, 2007, 2008, 2009) e 2012 (ano referência 2010). Observou-se que muitos municípios brasileiros não tiveram os indicadores IFGF calculados, em função de falta ou informações incorretas. Assim, foram obtidas 20140 observações válidas, distribuídos em uma amostra de 4028 municípios com informações completas de todos os indicadores de interesse da pesquisa, correspondendo a 72,37 % do universo do estudo. Os municípios excluídos foram pequenos municípios que não enviaram as informações ou que as informações estavam incompletas, não sendo possível o cálculo dos indicadores de interesse da pesquisa pela FIRJAN. O corte longitudinal da pesquisa foi de cinco anos, com dados de 2006 a 2010.

Foi possível, portanto, analisar em um só modelo o comportamento conjunto das variáveis, IFGF e IFDM, para todas as observações, no período pesquisado, especificado através de dimensões municipais e anuais.

O método utilizado para avaliar a associação entre os indicadores de qualidade da gestão pública municipal e os indicadores de desenvolvimento dos municípios brasileiros foi a correlação canônica. A análise da correlação canônica permite verificar a correlação entre dois conjuntos de variáveis, identificando a magnitude e natureza da relação passível de existir entre ambos, além de possibilitar mensurar a importância relativa de cada variável no contexto do objeto de estudo (Hair Jr., Black & Anderson, 2005). O modelo de correlação canônica utilizado no presente estudo observou a seguinte conformação:

$$IFDMER + IFDMEd + IFDMS = IFGFRP + IFGF GP + IFGFI + IFGFL + IFGFCD$$

onde:

IFDMER = Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal dimensão Emprego e Renda;

IFDMEd = Índice Firjan de Desenvolvimento municipal dimensão Educação;

IFDMS = Índice Firjan de desenvolvimento municipal dimensão Saúde;

IFGFSRP = Índice Firjan de Gestão Fiscal dimensão Receita Própria;

IFGFSGP = Índice Firjan de Gestão Fiscal dimensão Gastos com pessoal;

IFGF SI = Índice Firjan de Gestão Fiscal dimensão Investimentos;

IFGFSL = Índice Firjan de Gestão Fiscal dimensão Liquidez, e

IFGFSCD = Índice Firjan de Gestão Fiscal dimensão Custo da Dívida.

Com relação aos critérios de confiabilidade, os dados para cálculo dos indicadores IFGF e IFDM foram coletados de forma autêntica, sem alterações, da base de dados da FIRJAN. Tais indicadores foram usados em estudos anteriores, destacando-se Oliveira e Silva (2012); Klering, Kruehl e Stranz (2012); Sousa et al., (2013); Duarte e Lima (2013). Entende-se serem fidedignos. Os dados foram organizados, tratados e analisados por meio do software Stata 11.0.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente procedeu-se uma análise descritiva (média e coeficiente de variação) de cada indicador de interesse da pesquisa, cujos resultados são descritos na tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Análise descritiva (média e CV) dos indicadores IFDM e IFGF 2006 a 2010

	2006		2007		2008		2009		2010		2006 a 2010	
	Media	CV	Media	CV	Media	CV	Media	CV	Media	CV	Media	CV
IFDM	0,6004	18,6%	0,6163	16,9%	0,6214	16,8%	0,6362	15,3%	0,6495	14,8%	0,6248	16,5%
IFDM _{ER}	0,4096	37,6%	0,3985	38,3%	0,3889	41,6%	0,3999	36,2%	0,4040	38,5%	0,4002	38,4%
IFDM _{Ed}	0,6489	19,5%	0,6877	16,8%	0,6956	16,6%	0,7196	15,9%	0,7412	15,2%	0,6986	16,8%
IFDM _S	0,7428	16,9%	0,7628	15,3%	0,7796	13,9%	0,7891	13,2%	0,7983	12,6%	0,7745	14,4%
IFGF	0,5221	27,0%	0,5208	27,4%	0,5722	24,3%	0,4951	30,5%	0,5321	28,2%	0,5285	27,5%
IFGF _{RP}	0,2257	83,5%	0,2391	82,1%	0,2305	81,0%	0,2332	80,7%	0,2414	79,6%	0,2340	81,4%
IFGF _{GP}	0,6811	25,2%	0,6719	24,4%	0,7004	21,8%	0,5649	38,5%	0,5773	34,7%	0,6391	28,9%
IFGF _I	0,5627	48,7%	0,5139	52,0%	0,6262	45,7%	0,4640	59,3%	0,6163	46,0%	0,5566	50,3%
IFGF _L	0,4919	77,4%	0,5336	70,1%	0,6349	56,0%	0,5853	62,8%	0,5719	65,3%	0,5635	66,3%
IFGF _{CD}	0,8080	21,6%	0,8015	22,3%	0,7905	23,2%	0,7946	22,7%	0,8055	19,9%	0,8000	21,9%

Fonte: Elaboração própria

Analisando-se o IFDM dos municípios brasileiros observou-se uma média geral de 0,6248 ao longo dos anos, classificado como desenvolvimento moderado (Firjan, 2014). No período 2006 a 2010, houve um crescimento de 4,9 % neste indicador, denotando uma melhora, ainda que baixa, na qualidade de vida nos municípios. A dimensão do indicador que apresentou maior crescimento no período foi a Educação, com 14,2 % de evolução de 2006 a 2010, e com média geral de 0,6986, também classificada como moderada. A maior média foi observada na dimensão Saúde, 0,7745, também moderada, com um crescimento de 7,5 % de 2006 para 2010.

Todos os indicadores acima citados apresentaram coeficiente de variação em torno de 16 % no período de cinco anos. A dimensão do desenvolvimento que apresentou a menor média foi o Emprego e Renda, 0,4002, classificado como baixo a regular. Além disso, apresentou uma diminuição de 2006 a 2010 de 1,4 % e também apresentou maior dispersão no período (38 % de variação). De forma geral o panorama do indicador de desenvolvimento dos municípios brasileiros da FIRJAN é moderado, aponta para um cenário de regular evolução ao longo dos anos pesquisados, destacando-se nas suas dimensões, de forma positiva o crescimento na educação e saúde e, de forma negativa, a diminuição e o regular desenvolvimento no quesito emprego e renda nos municípios.

O Indicador IFGF dos municípios brasileiros apresentou média geral de 0,5285 com variação de 27,5 % sendo classificado como Gestão em Dificuldade pela FIRJAN, apesar do aumento de 1,9 % neste índice no período de 2006 a 2010. A dimensão do IFGF que apresentou a maior média foi o custo da dívida, considerado indicador de Gestão de Excelência, apesar da redução de 0,3 % no período. As dimensões Gastos com Pessoal, Investimentos e Liquidez tiveram médias gerais consideradas Gestão em Dificuldade, com destaque para a diminuição do indicador IFGF Gastos com pessoal em 15,2 % e o crescimento do IFGF Liquidez em 16,3 %. A menor média foi verificada no IFGF Receita Própria (0,2340), maior variabilidade (81,4%). Apesar de este indicador apresentar um crescimento de 6,9 % de 2006 a 2010, foi classificado como baixo, de gestão crítica.

De uma maneira geral, o IFGF dos municípios brasileiros considerados na pesquisa pode ser classificado como Gestão em Dificuldade, sendo que os municípios apresentam um indicador médio de Boa Gestão na variável Gastos com Pessoal e uma Boa Gestão com tendência a Gestão de Excelência na variável média Custo da Dívida. Estes dois aspectos são os principais pontos preconizados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, contudo, ao longo de 2006 a 2010, tais indicadores reduziram, mostrando relaxamento no cumprimento da referida lei e uma tendência de queda na qualidade da gestão pública municipal. Os indicadores de Investimentos e de Liquidez médios foram considerados na faixa de Gestão em Dificuldade, contudo, demonstraram melhoras ao longo dos anos. O destaque negativo foi a baixa capacidade de geração de receita própria, evidenciado no indicador de Receita Própria médio, avaliado como Gestão Crítica, o que enseja que na média, para os municípios da pesquisa, existe uma dependência de fontes de recursos de outras esferas de governo para custeio da máquina pública municipal.

Neste sentido, o crescimento do número de municípios no Brasil nos últimos anos, muitas vezes sem justificativa econômica, desencadeou problemas na ordem de desequilíbrio fiscal das contas da União e dos Estados, uma vez que grande parte das prefeituras apresentou uma dependência considerável das transferências de recursos federais e estaduais, como revelou, neste estudo, o indicador de qualidade das receitas Próprias, denotando Gestão em Dificuldade. Corroborando os achados, uma investigação da FIRJAN (2010) demonstrou que 62,84 % dos municípios brasileiros geram menos de 10 % do total das suas receitas correntes. Os pesquisadores concluíram que tal dependência engessa o orçamento dos municípios, uma vez que a dependência é marcada por incertezas e está sujeita ao planejamento e disponibilidade de recursos dos outros entes federados.

No tocante aos outros indicadores de qualidade da gestão pública municipal, a saber os indicadores de Investimentos e de Liquidez médios que foram considerados na faixa de Gestão em Dificuldade, demonstram que apesar do contexto da Lei de Responsabilidade Fiscal, um estudo da FIRJAN (2012) demonstrou com dados de 2010 que, aproximadamente, 65 % dos municípios brasileiros foram classificados como cidades de gestão fiscal municipal difícil ou crítica, não atingindo metas de investimentos, tendo alta dependência de recursos externos, elevados gastos com folha de pagamento e alto endividamento o que gerou restrições orçamentárias e, em alguns casos, descumprimento dos preceitos da LRF. Neste contexto, entende-se uma influência muito grande do poder executivo municipal na gestão financeira e orçamentária verificando a necessidade de instrumentos de monitoramento das contas públicas municipais, principalmente questões de planejamento e controle orçamentário e indicadores de monitoramento da qualidade da gestão pública municipal.

Para avaliar a relação empírica entre os indicadores de gestão fiscal pública (IFGF) e o desenvolvimento dos municípios brasileiros (IFDM), este estudo utilizou o modelo multivariado de correlação canônica, segundo especificado anteriormente. Dentre as vantagens deste tipo de abordagem metodológica destaca-se a possibilidade de utilizar indicadores multidimensionais de forma a captar as inter-relações existentes entre os conjuntos de variáveis com maior realismo. Considerando a multidimensionalidade que envolve tanto o conceito da Gestão Fiscal Pública Municipal quanto o do Desenvolvimento municipal, esta metodologia pareceu adequada à avaliação da existência de interações entre estes indicadores, compatibilizando-se como os estudos de Matias et al., (2002), Resende, Slomski e Corrar (2005), Oliveira et al., (2010), Sousa et al., (2011), Oliveira e Silva (2012) e Sousa et al., (2013), anteriormente citados.

Ainda que não haja exigência estrita de cumprimento de algumas das hipóteses clássicas, geralmente requeridas pelos demais métodos de análise multivariada, foram testadas as suposições de linearidade, variância constante (heterocedasticidade) e independência e normalidade da distribuição do termo de erro, com base em estatísticas comumente utilizadas para este fim. Foram utilizadas as estatísticas Fator de Inflação da Variância (VIF), estatística de Breusch-Pagan/Cook-Weisberg, Densidade de Kernel, matriz dos coeficientes de correlação de Pearson e Teste de Significância das Correlações Canônicas. Uma análise preliminar dos coeficientes de correlação das variáveis (matriz de correlação) demonstrou, conforme a Tabela 2 que apenas a variável IFGF Gastos com Pessoal não apresentou significância a um nível de 5%. O coeficiente da variável IFGF Receita Própria foi o que evidenciou a maior correlação com as variáveis de Desenvolvimento Municipal, ou seja: 0,3734 com o IFDM Educação; 0,4846 com o IFDM Emprego e Renda e 0,3453 com o IFDM Saúde, o que reforça a importância desta variável em afetar a trajetória de desenvolvimento dos municípios corroborando Matias et al., (2002), Oliveira et al., (2010), Sousa et al., (2011), Oliveira e Silva (2012), Duarte e Lima (2013) e Sousa et al., (2013).

Os coeficientes das variáveis IFGF Investimento, IFGF Gastos com pessoal e IFGF Custo da dívida apresentaram baixas correlações ($r < 0,10$) com as variáveis de desenvolvimento municipal (IFDM), o que pode ser atribuído ao reduzido grau médio de investimentos municipais, que pode ser resultante da baixa capacidade de captação de recursos dos municípios, não atendimento dos gastos com pessoal e aumento no custo das dívidas dos municípios, conforme preconizado por Viana et al. (2011) e Sousa et al., (2011). Como era de se esperar, o coeficiente de correlação entre as variáveis que representaram as dimensões educação e saúde do IFDM foi considerado expressivo ($r=0,6784$), assim como entre IFDM Saúde e IFDM Emprego e Renda foi considerado moderado ($r=0,3956$). Neste sentido, Oliveira e Silva (2012) entendem que no desenvolvimento econômico municipal o crescimento da renda, geralmente é acompanhado de melhorias no nível de qualidade vida da população em termos de saúde, educação e bem estar social.

Tabela 2 - Matriz de Coeficientes de Correlação

	IFDM _{Ed}	IFDM _{ER}	IFDM _S	IFGF _L	IFGF _I	IFGF _{GP}	IFGF _{RP}	IFGF _{CD}
IFDM _{Ed}	1,0000							
IFDM _{ER}	0,3915*	1,0000						
IFDM _S	0,6784*	0,3956*	1,0000					
IFGF _L	0,1023*	0,0932*	0,1354*	1,0000				
IFGF _I	0,1364*	0,0944*	0,1067*	0,0836*	1,0000			
IFGF _{GP}	0,0025	0,0238*	0,0711*	0,0965*	0,1806*	1,0000		
IFGF _{RP}	0,3734*	0,4846*	0,3453*	0,0994*	0,1355*	0,0306*	1,0000	
IFGF _{CD}	0,0215*	-0,041*	0,0061*	0,0675*	0,0995*	-0,0924*	-0,0936*	1,0000

Nota. Nível de Significância: $p < 0.001$. Fonte: elaboração própria

Os coeficientes das variáveis IFGF Investimento, IFGF Gastos com pessoal e IFGF Custo da dívida apresentaram baixas correlações ($r < 0,10$) com as variáveis de desenvolvimento municipal (IFDM), o que pode ser atribuído ao reduzido grau médio de investimentos municipais, que pode ser resultante da baixa capacidade de captação de recursos dos municípios, não atendimento dos gastos com pessoal e aumento no custo das dívidas dos municípios, conforme preconizado por Viana et al. (2011) e Sousa et al., (2011). Como era de se esperar, o coeficiente de correlação entre as variáveis que representaram as dimensões educação e saúde do IFDM foi considerado expressivo ($r=0,6784$), assim como entre IFDM Saúde e IFDM Emprego e Renda foi considerado moderado ($r=0,3956$). Neste sentido, Oliveira e Silva (2012) entendem que no desenvolvimento econômico municipal, o crescimento da renda geralmente é acompanhado de melhorias no nível de qualidade vida da população em termos de saúde, educação e bem estar social.

A análise da matriz de coeficientes de correlação proporcionou um conhecimento do comportamento individual de cada variável de interesse da pesquisa. Visando entender a relação multivariada da associação dos indicadores IFGF e IFDM, o modelo de correlação canônica resultou em três variáveis canônicas correspondentes ao mesmo número de variáveis do menor conjunto da variável dependente, neste caso o IFDM. Pelos testes de significância das correlações canônicas, pode-se inferir que os testes de significância multivariados, baseados no Lambda de Wilks, Traço de Pillai, Traço de Hotelling e Gcr de Roy demonstraram nível de significância de 0,0001 das correlações canônicas, tanto quando avaliadas conjuntamente quanto individualmente (neste caso apenas com base no Lambda de Wilks). Tais resultados mostram que existe uma relação linear entre as variáveis que compõem o IFDM (Saúde, Educação e Emprego e renda) e as variáveis que compõem o IFGF (receita própria, investimentos, liquidez, gastos com pessoal e custo da dívida). Contudo, para além desta comprovação tornou-se necessário identificar em que grau os conjuntos de variáveis estão correlacionados, utilizando para tanto as raízes canônicas (R2). As correlações canônicas obtidas foram de 0,5289 para a primeira função canônica; 0,1176 para a segunda função e 0,0861 para a terceira função. Embora as três funções canônicas tenham apresentado significância estatística, conforme expresso na tabela 3, apenas a primeira função demonstrou considerável coeficiente de correlação, com uma raiz canônica (R2) de 27,97%.

Nesse sentido pode-se inferir que as variáveis que compõem o Índice de Gestão Fiscal (IFGF) e o Índice de Desenvolvimento Municipal (IFDM) compartilham 27,97% de variância entre si. As segunda e terceira funções canônicas apresentaram baixos graus de correlação, com raízes canônicas de, respectivamente, 1,38% e de 0,74%. Isto é coerente com a perspectiva teórica de Matias et al., (2002), Resende, Slomski e Corrar (2005), Oliveira et al., (2010), Sousa et al., (2011), Oliveira e Silva (2012), Sousa et al., (2013) e Denardi et al., (2014) que a primeira dimensão canônica maximiza a correlação entre os conjuntos de variáveis relacionados ao desenvolvimento e à gestão fiscal dos municípios. As demais dimensões, embora também maximizem as correlações, são decrescentes, já que correspondem à variância canônica residual não captada pela primeira dimensão. Dessa forma, as análises enfatizaram a primeira dimensão canônica, desconsiderando-se as outras duas.

Conforme observam Hair Jr. et al., (2005), embora a raiz canônica seja uma medida simples da variância compartilhada entre os conjuntos de variáveis, torna-se necessário um indicador que seja capaz de denotar a quantidade de variância em um conjunto de variáveis que pode ser explicada pelo outro conjunto de variáveis, o que é obtido por meio do índice de Stewart-Love de redundância. Segundo Hair Jr. et al., (2005), “esse índice serve como uma medida de variância explicada, semelhante ao cálculo de R² usado na regressão múltipla”.

Na tabela 4, encontram-se os índices de redundância obtidos para a primeira dimensão canônica para os conjuntos de variáveis relativos à gestão fiscal e desenvolvimento municipal. Obteve-se um índice de redundância para o conjunto de variáveis relacionadas ao desenvolvimento municipal de 0,1671. Isto indica que 16,71% da variância nos indicadores de desenvolvimento municipal (IFDM) é explicada pela variância dos indicadores de gestão fiscal (IFGF), o que parece razoável considerando as diversidades de fatores que, em geral, afetam o desenvolvimento dos municípios brasileiros. Dessa forma, pode-se considerar que a gestão fiscal se constitui num componente importante de desenvolvimento municipal. Para a variável canônica relativa à gestão fiscal, o índice de redundância foi pouco expressivo (0,06047) indicando que as variáveis de desenvolvimento municipal explicam 6% da variância dos indicadores de gestão fiscal pública municipal.

A avaliação da contribuição relativa de cada variável para sua respectiva variável canônica é feita com base nos pesos canônicos ou coeficientes padronizados. Contudo, segundo Hair Jr. et al., (2005), esta é uma medida suscetível a muita instabilidade de uma amostra para outra. Dessa forma as cargas canônicas são mais utilizadas para avaliar a contribuição relativa que cada variável dá à função canônica. Quanto maior a carga canônica, tanto mais importante é a variável para avaliação da natureza das relações canônicas. Nesse sentido, dada as similaridades com os pesos canônicos, optou-se por analisar apenas as cargas canônicas como medida relevante da contribuição relativa de cada variável a cada função canônica.

A partir da tabela 3, pode-se observar que a variável IFDM Emprego e Renda compartilhou maior variância com o conjunto de variáveis de gestão fiscal pública municipal (0,9145), seguida, por ordem de importância, da variável IFDM Educação (0,7157) e da variável IFDM Saúde (0,6663).

É importante observar que estas três variáveis (Emprego e Renda, Saúde e Educação) apresentaram elevadas variâncias compartilhadas, o que sugere que estas medidas são representativas dos efeitos do desenvolvimento municipal. Tal assertiva compatibiliza-se com Oliveira e Silva (2012). Por outro lado, a variável estatística de gestão fiscal pública municipal, apresentou um comportamento bastante distinto com cargas canônicas variando de 0,00147 no caso do IFGF Custo da dívida a 0,96983 no caso da variável IFGF Receita própria. Assim, pode-se supor que a variável IFGF Receita própria compartilhou maior variância com o conjunto canônico relativo à gestão fiscal, sendo as demais variáveis consideradas pouco expressivas no modelo proposto.

Tabela 3 - Índice de redundância

Variável Estatística	Carga Canônica	Carga Canônica ao quadrado	Carga quadrada Média	R ² Canônico	Índice de Redundância
Gestão Fiscal			0,216176	0,27973	0,06047
IFGF _L	0,2317	0,05368			
IFGF _I	0,2292	0,05253			
IFGF _{GP}	0,0581	0,00337			
IFGF _{RP}	0,9848	0,96983			
IFGF _{CD}	-0,0384	0,00147			
Desenvolvimento Municipal			0,597497	0,27973	0,16714
IFDM _{Ed}	0,7157	0,51222649			
IFDM _{ER}	0,9145	0,83631025			
IFDM _S	0,6663	0,44395569			

Fonte: Elaboração própria.

Nesse sentido, Klering, Kruehl e Stranz (2012) ressaltam a importância de monitoramento indicador IFGF Receita Própria dos municípios, pois bons níveis de geração de receita própria dos municípios torna-os não tão dependentes de outras fontes de recursos, podendo direcionar tais recursos em investimentos públicos, variável que está ligada diretamente com o nível de desenvolvimento dos municípios. Nesse sentido, segundo Viana et al., (2011), existe uma preocupação com o fator capacidade de geração de receita própria dos municípios brasileiros. A criação de novos municípios no Brasil, muitas vezes sem justificativa econômica, desencadeou problemas na ordem de desequilíbrio fiscal das contas municipais e fez com que grande parte das prefeituras apresentassem uma dependência considerável das transferências de recursos federais e estaduais. Segundo a Firjan (2014), com dados de 2010, 62,84 % dos municípios brasileiros geram menos de 10 % do total das suas receitas correntes. Tal dependência engessa o orçamento dos municípios, uma vez que cria uma dependência sujeita ao planejamento e disponibilidade de recursos dos outros entes federados.

Por outro lado, pesquisa do IETS (2013) indica que a dependência das receitas dos municípios sob a forma de transferências pode ter consequências positivas, uma vez que estas podem de alguma forma, contribuir para a diminuição da incerteza em relação às fontes de recursos. O estudo também relata que podem gerar consequências negativas, tais como a redução ao incentivo em relação ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, com o gasto expansivo e de forma desordenada do orçamento municipal, afetando o controle social sobre o orçamento, e ainda, pouca atenção à qualidade do gasto. O estudo relata ainda que a falta de estímulo para a geração de receita própria por meio da perpetuação das transferências constitucionais na estrutura da receita pode desincentivar os municípios a arrecadar impostos. Daí reside a importância de melhorar a capacidade de geração de receita própria, e os resultados da correlação canônica apontaram esta variável como importante na explicação da variância dos indicadores de desenvolvimento dos municípios brasileiros. A variável IFDM Emprego e Renda que teve a maior variância compartilhada com o IFGF foi a que apresentou menor média dentre as dimensões do IFDM (0,4002), avaliada como desenvolvimento baixo a regular. Tais resultados sugerem que esta dimensão é mais sensível aos aspectos da qualidade da gestão pública municipal, segundo Siedenberg (2003), para esta dimensão, deve haver políticas e estratégias de desenvolvimento municipal utilizando-se os indicadores de gestão.

Parar avaliar a correlação de cada variável observada (dentre as dependentes e independente) com a variável canônica oposta, foram estimadas as cargas canônicas cruzadas, conforme a tabela 4. Esta análise possibilita avaliar a correlação de cada variável observada, dependente ou independente, com a variável canônica oposta.

Tabela 4 - Cargas canônicas cruzadas

Correlações entre			
Variáveis de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e Variável Canônica Gestão Fiscal		Variáveis de Gestão Fiscal (IFGF) e Variável Canônica de Desenvolvimento Municipal	
Variável	Correlação	Variável	Correlação
IFDM _{Ed}	0,3785	IFGF _L	0,1225
IFDM _{ER}	0,4836	IFGF _I	0,1212
IFDM _S	0,3524	IFGF _{GP}	0,0307
		IFGF _{RP}	0,5208
		IFGF _{CD}	-0,0203

Fonte: Elaboração própria.

As variáveis consideradas dependentes, IFDM Educação, IFDM Emprego e renda e IFDM Saúde, apresentam uma correlação canônica com a variável canônica independente (IFGF) de, respectivamente, 0,3785, 0,4836 e 0,3524. Com base no r^2 pode-se inferir que 14,3% da variância na educação, 23,4% da variância no emprego e renda e 12,4% da variância na saúde foram explicadas pelo conjunto canônico relacionado à Gestão Fiscal. Assim, foi possível inferir que os indicadores de gestão fiscal implicaram em variâncias importantes nos indicadores de desenvolvimento dos municípios brasileiros mencionados.

Dentro dessa mesma lógica as variáveis de Gestão Fiscal não demonstraram correlações importantes com o conjunto canônico relativo ao desenvolvimento municipal, excetuando a receita própria (IFGFRP). Conforme expresso na tabela 5 e seguindo a tendência já destacada anteriormente, observou-se que apenas a variável receita própria demonstrou um considerável índice de correlação com o conjunto do desenvolvimento municipal de 0,5028. Tal estatística revela que aproximadamente 27% da variância na receita própria dos municípios podem ser explicadas pelo conjunto canônico do desenvolvimento municipal, o que é coerente com o fato de que o desenvolvimento econômico dos municípios implica no aumento da sua receita própria via maior arrecadação de taxas e tributos. Ressalte-se que as outras variáveis componentes do IFGF, a saber, liquidez, investimentos, gastos com pessoal e custo da dívida apresentaram baixos índices de correlação indicando que o conjunto canônico relativo ao desenvolvimento municipal apresenta baixo poder explicativo da variância das variáveis de Gestão Fiscal. Além disso, conforme asseveram Firovante, Pinheiro e Vieira (2006) e Viana et al., (2011) é possível que o atendimento à exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, por meio de uma maior transparência, prevenção de riscos e correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, esteja repercutindo na redução dos investimentos, na liquidez e no custo da dívida, dado os parâmetros estabelecidos para captação de recursos e endividamento dos municípios.

A validação ou confiabilidade dos resultados foi realizada adotando a técnica de exclusão de variáveis independentes, para verificar a estabilidade da correlação do modelo. A exclusão da variável gasto com pessoal (IFGF) não provocou qualquer instabilidade no modelo, mantendo inalterada a correlação canônica.

Excluindo a variável investimento obteve-se uma correlação canônica de 0,5265, bastante similar a de 0,5289 verificada quando considerada todas as variáveis independentes. As cargas canônicas também apresentaram valores bastante similares considerando especificações do modelo em que foram excluídas as variáveis. Assim, a análise de sensibilidade do conjunto de variáveis independentes mostrou-se estável e consistente quando avaliadas as cargas canônicas e as cargas canônicas cruzadas.

5. CONCLUSÃO

O objetivo principal da presente pesquisa foi avaliar a associação existente entre os indicadores de gestão fiscal pública municipal, em consonância com a Lei de responsabilidade fiscal, e os indicadores de desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Pela análise descritiva o indicador de desenvolvimento dos municípios brasileiros (IFDM) foi considerado moderado, apontou para um cenário de regular evolução ao longo dos anos pesquisados, destacando-se nas suas dimensões de forma positiva, o crescimento nos indicadores de educação e saúde e, de forma negativa, a diminuição e o regular desenvolvimento no quesito emprego e renda nos municípios. Já o IFGF dos municípios brasileiros foi classificado como regular, sendo que os municípios apresentam um controle moderado dos gastos com pessoal e boa gestão no custo da dívida. Estes dois aspectos são os principais pontos preconizados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, contudo, ao longo de 2006 a 2010, tais indicadores reduziram, mostrando relaxamento no cumprimento da referida lei. Os indicadores representativos da dimensão investimentos e liquidez podem ser considerados moderados, e demonstraram evolução positiva ao longo dos anos. O destaque negativo foi a baixa capacidade de geração de receita própria, o que denotou dependência de recursos de outras esferas de governo para custeio da máquina pública municipal.

A análise de correlação canônica entre as variáveis IFDM e IFGF foi significativa e demonstrou existir uma relação linear entre o conjunto das duas variáveis. Os resultados apontaram que as variáveis que compõem o índice de Gestão Fiscal (IFGF) e o índice de Desenvolvimento Municipal (IFDM) compartilham 27,97% de variância entre si. O índice de redundância da correlação canônica revelou que 16,71% da variância nos indicadores de desenvolvimento municipal (IFDM) foi explicada pela variância dos indicadores de gestão fiscal (IFGF).

A avaliação da contribuição relativa de cada variável para sua respectiva variável canônica foi feita com base nas cargas canônicas. Os resultados apontaram que a variável IFDM Emprego e Renda compartilhou maior variância com o conjunto de variáveis de gestão fiscal pública municipal (0,9145), seguida, por ordem de importância, da variável IFDM Educação (0,7157) e da variável IFDM Saúde (0,6663). Concluiu-se que estas três variáveis apresentaram elevadas variâncias compartilhadas, o que sugere que estas medidas são representativas dos efeitos do desenvolvimento municipal. Na avaliação da correlação de cada variável observada (dentro as dependentes e independentes) com a variável canônica oposta foram estimadas as cargas canônicas cruzadas, onde concluiu-se que 14,3% da variância na educação, 23,4% da variância no emprego e renda e 12,4% da variância na saúde foram explicadas pelo conjunto canônico relacionado à Gestão Fiscal. Assim, conclui-se que os indicadores de gestão fiscal implicaram em variâncias importantes nos indicadores de desenvolvimento dos municípios brasileiros mencionados.

Concluiu-se ainda que 27% da variância na receita própria dos municípios podem ser explicadas pelo conjunto canônico do desenvolvimento municipal. Tais resultados foram consistentes com a teoria e os estudos citados, dando indícios de que a gestão fiscal pública municipal está associada aos indicadores de desenvolvimento municipal.

Como sugestões para estudos futuros, espera-se a continuidade a esta investigação ao longo dos anos, bem como verificar se as diferenças regionais, representação política e variáveis demográficas e econômicas, tais como PIB municipal, influenciariam a gestão pública municipal bem como o desenvolvimento municipal. Outra sugestão seria o caso de avaliar se a questão espacial influencia a relação gestão fiscal/desenvolvimento dos municípios, traçando também comparações regionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 82, 5 maio 2000. Recuperado de <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=05/05/2000&jornal=1&pagina=82&totalArquivos=152>

CNM - **Conselho Nacional dos Municípios**, 2014. Recuperado de <http://www.cnm.org.br/> Acesso em 14/05/2014.

COSTA, I. S. **Gasto público e desenvolvimento socioeconômico: uma análise dos municípios de estado do Paraná**. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

DENARDI, R. A.; HENDERIKX, E. M. G. J.; CASTILHOS, D. S. B DE.; BIANCHINI, V. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do estado do Paraná**. 2014. Recuperado de http://www.gpublic.info/sites/default/files/biblioteca/desen_fatores.pdf

DUARTE, A.; LIMA, D. **Boa gestão fiscal melhora indicadores sociais dos municípios**. 2013. Recuperado de <http://www.oglobo.globo.com/pais/boa-gestao-fiscal-melhora-indicadores-sociais-de-municipios-10083540?service=print>

ERVILHA, G. T. ALVES; F. F.; GOMES, A. P. **Desenvolvimento municipal e eficiência dos gastos públicos na Bahia: uma análise do IFDM a partir da metodologia DEA**. Revista Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 23, n. 3, p.553-566, jul./set. 2013

FIRJAN - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. 2014. Recuperado de <http://www.Firjan.org.br/data/pages/2C908CE9234D9BDA01234E532B007D5D.htm>> Acesso em 13/02/2014

FIROVANTE, D. G.; PINHEIRO, M. M. S.; VIEIRA, R DA S. **Lei de responsabilidade fiscal e finanças públicas municipais: Impactos sobre despesa com pessoal e endividamento**. IPEA. 2006. Recuperado de http://agencia.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4803:td-1223-lei-de-responsabilidade-fiscal-e-financas-publicas-municipais-impactos-sobre-despesas-com-pessoal-e-endividamento&catid=308:2006&directory=1

HAIR JR., J. F., BLACK, R. E.; ANDERSON, R. L. T. **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005, 593 p.

IETS - Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. 2013. Disponível em <http://www.iets.org.br/projeto/desenvolvimento-com-justica-social-uma-agenda-para-os-municipios>. Acesso em 26/11/2014.

KLERING, L. R., KRUEL, A. J.; STRANZ, E. **Os pequenos municípios do Brasil – uma análise a partir de índices de gestão**. Análise – Revista de Administração da PUCRS, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 31-44, jan./abr, 2012.

KLERING, L. R., STRANZ, E.; GOBETTI, S. W. **Avaliação da Gestão dos Municípios do Brasil pelo IRFS – Índice de Responsabilidade Fiscal, de Gestão e Social – 2002 a 2006**. Revista Redes, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 196-217, maio/ago. 2007.

MATIAS, A. B., ORTOLANI, F.; CAMPELLO, C. A. G. B. **A relação (in)existente entre a responsabilidade fiscal e responsabilidade social nos municípios paulistas**. 2002. In: ASSEMBLY OF THE LATIN AMERICAN COUNCIL OF COLLEGE OF BUSINESS ADMINISTRATION – CLADEA, 37. Porto Alegre. XXXVII CLADEA, EA/UFRGS.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MENDES, M. (2011, 28 junho). Porque é importante controlar o gasto público? **Recuperado de** <http://www.brasil-economia-governo.org.br/2011/06/28/por-que-e-importante-controlar-o-gasto-publico/>

OLIVEIRA, M. DE J.; SILVA E. A. **Eficiência na Gestão Fiscal Pública e o Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios da Microrregião de Cataguases/MG**. V Encontro de Administração Pública e Governo - EnApg (p. 1-16). Salvador, Brasil: 2012. Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Administração.

OLIVEIRA, F. H., PETER, M. G. A.; MENESES, A. F. **Lei de responsabilidade fiscal: Implicações nos indicadores sociais municipais**. Congresso Usp de Controladoria e Contabilidade, 2009, 9., São Paulo. Anais... IX Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2009. 1 CD ROM.

REZENDE, A. J., SLOMSKI, V.; CORRAR, L.J. **A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do estado de São Paulo**. Revista Universo Contábil, Blumenau, v. 1, n. 1, p 24 – 40, jan./abr, 2005.

SIEDENBERG, D. R. **Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: Uma síntese. Revisa Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, ano 1, v.1, n.1, p.45-71, 2003.

SOUSA, P. F. B.; GOMES, A. DE O.; LIMA, A. O.; PETER, M. DA G. A.; MACHADO, M. V. V. **Lei de responsabilidade fiscal e sua relação com o desenvolvimento municipal: Uma análise utilizando dados em painel**. Congresso Brasileiro de Custos – CBC, 18, Rio de Janeiro, 2011. Anais...Rio de Janeiro: ABCUSTOS.

SOUSA, P. F. B DE; LIMA, A. O.; NASCIMENTO, C. P. S. DO; PETER, M. G. A.; MACHADO, V. V. M.; GOMES, A DE O. **Desenvolvimento municipal e cumprimento da lei de responsabilidade fiscal: uma análise dos municípios brasileiros utilizando dados em painel**. Revista evidenciação contábil & finanças. João Pessoa, v.1, n. 1, p. 58-70, jan./jun, 2013.

VIANA, A.; SILVA, E. S.; ALMEIDA, F. P. A.; ANJOS JUNIOR, O. R.; SILVA, L. A. S. C.; RODRIGUES, M. P.; COSTA NETA, R. L.; FIGUEIREDO, N. R M.; SANTANA, F. L. 2011. Eficiência dos gastos públicos de João Pessoa: um estudo empírico entre as políticas públicas de educação e saúde dos municípios da região metropolitana. **Recuperado de** <http://www.recantodasletras.com.br/arti-gos/3087722>